

## COLEGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE/RS

**Estudo Técnico Preliminar 25/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64256.003143/2026-00

**2. Descrição da necessidade**

O Colégio Militar de Porto Alegre necessita contratar serviços especializados de arbitragem e apoio operacional para as modalidades Basquete, Handebol e Judô, a fim de viabilizar a execução regular dos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026, com observância das regras técnicas de cada modalidade, da segurança dos participantes, da isonomia competitiva e da confiabilidade dos resultados.

A Ordem Fragmentária nº 01/2026 – CMPA estabelece que o Colégio Militar de Santa Maria sediará os Jogos Regionais dos Colégios Militares, no período de 12 a 18 de julho de 2026, com finalidade educacional, desportiva e integradora, envolvendo os Colégios Militares participantes da região Sul. O documento também atribui ao CMPA responsabilidades técnicas nas modalidades Basquete, Handebol e Judô, bem como indica, no Anexo A, a necessidade de contratação de arbitragem para essas modalidades.

A arbitragem constitui elemento essencial para a execução do evento esportivo, pois assegura a aplicação imparcial das regras, a validação dos resultados, a organização das súmulas, o controle do tempo, a condução das disputas e a mitigação de riscos decorrentes de conflitos técnicos ou operacionais. Sem a contratação, haveria risco de comprometimento da programação dos jogos, perda de segurança jurídica dos resultados, prejuízo à imagem institucional e dificuldade de cumprimento da missão estabelecida para os Jogos Regionais.

A demanda é pontual e vinculada à competição de 2026. Não se trata de serviço contínuo, pois a necessidade se esgota com a execução integral das modalidades no período do evento, sem obrigação permanente após o encerramento dos Jogos Regionais.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
A contratação decorre de necessidade institucional do CMPA, no contexto do planejamento dos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026, e será conduzida com suporte da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, observadas as competências administrativas aplicáveis. Conforme Declaração de Ciência Prévia nº 10/2026 – SALC/CMPA, referente ao Processo nº 64256.003216/2026-55, houve reconhecimento da designação dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, em consonância com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A composição da EPC consta dos autos da contratação, sem prejuízo de eventual atualização formal pela autoridade competente.	VICTOR VARGAS FARINHA NETO

## **4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A contratação deverá observar requisitos técnicos suficientes para assegurar que a empresa ou entidade contratada execute a arbitragem com equipe qualificada, número mínimo de profissionais por modalidade, capacidade de coordenação operacional, domínio das regras esportivas aplicáveis e disponibilidade integral para atendimento do cronograma dos Jogos Regionais.

Os requisitos mínimos a serem incorporados ao Termo de Referência são:

- execução do serviço por profissionais aptos a atuar nas respectivas modalidades, com experiência ou qualificação compatível com competições escolares, militares, federadas ou eventos esportivos similares;
- disponibilidade da equipe durante toda a competição da modalidade contratada, conforme programação oficial e ajustes definidos pela coordenação dos Jogos Regionais;
- responsabilidade do contratado por todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo deslocamento, alimentação, hospedagem, encargos, tributos, taxas, materiais de apoio eventualmente necessários e emissão de documento fiscal hábil;
- obrigação de cumprir horários, normas de acesso às instalações, orientações da coordenação geral do evento, normas de segurança e procedimentos administrativos do CMPA e do local de execução;
- elaboração, conferência ou apoio ao preenchimento de súmulas, controles de placar, registro de resultados e encaminhamento tempestivo das informações à secretaria ou à coordenação responsável;
- substituição imediata de profissional ausente ou impedido, sem ônus adicional para a Administração, quando a substituição for necessária para manter a continuidade do serviço;
- vedação de cobrança de valores adicionais por logística ordinária, deslocamentos, alimentação, hospedagem ou emissão de documento fiscal, salvo hipótese expressamente prevista e previamente autorizada pela Administração;
- apresentação de documentação de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e qualificação mínima compatível com o objeto, na forma exigida no procedimento de contratação.

Por se tratar de serviço por escopo e de curta duração, não se identifica necessidade de dedicação exclusiva de mão de obra. A Administração contratará o resultado: arbitragem e apoio operacional durante a competição, e não postos permanentes de trabalho.

## **5. Levantamento de Mercado**

Foram avaliadas alternativas de atendimento da necessidade: utilização de militares ou servidores internos; solicitação de apoio gratuito a entidades externas; contratação de profissionais avulsos por diária; contratação integrada por modalidade; e contratação de empresa, associação, federação, liga ou entidade especializada por item.

A utilização exclusiva de pessoal interno não se mostrou solução adequada, pois a arbitragem exige independência técnica, conhecimento específico das regras, atuação imparcial e disponibilidade de equipe suficiente para cobrir simultaneamente as funções de árbitros, sumulistas, cronometristas, placaristas, operador de 24 segundos e árbitro-chefe, conforme a modalidade. Além disso, o uso de pessoal interno poderia gerar sobreposição com as atribuições de coordenação, fiscalização, apoio logístico, disciplina e segurança do evento.

O apoio gratuito de entidades externas não apresenta segurança de disponibilidade, regularidade, responsabilização formal, compromisso de comparecimento, emissão documental ou padronização técnica. Essa alternativa não atende com segurança à criticidade do evento institucional.

A contratação de profissionais avulsos, de forma desagregada, reduziria a capacidade de coordenação e aumentaria o risco de falhas de comunicação, ausência de substitutos, divergência de padrões técnicos e dificuldade de responsabilização. A solução mais adequada é contratar o serviço .

como escopo integrado por modalidade, com equipe mínima e responsabilidade única do contratado pela entrega integral do serviço.

O levantamento de mercado e a pesquisa de preços indicaram fornecedores aptos a apresentar propostas para as modalidades Basquete, Handebol e Judô, com maior especificidade na modalidade Judô, que envolve arbitragem, apuração, placar, controle de lutas e suporte operacional específico. A pesquisa consolidada adotou valores globais por modalidade, abrangendo todos os gastos necessários à execução integral do objeto.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na contratação de serviços de arbitragem e apoio operacional, por modalidade, para atendimento integral das competições de Basquete, Handebol e Judô nos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026, a serem executados no Colégio Militar de Santa Maria e/ou em locais definidos pela coordenação do evento.

A contratação deverá abranger a presença dos profissionais necessários antes, durante e após as disputas, conforme exigido pela dinâmica de cada modalidade, incluindo preparação, conferência de materiais e súmulas, execução da arbitragem, controle de tempo e placar, registro de resultados, comunicação com a coordenação da modalidade e encerramento das atividades.

A programação geral do evento consta da Ordem Fragmentária nº 01/2026 – CMPA. Contudo, o cronograma detalhado dos jogos, horários, ordem de disputas, locais específicos de execução e eventuais ajustes serão definidos em reunião de coordenação dos Jogos Regionais e anexados posteriormente ao processo, de modo a preservar a aderência do Termo de Referência à programação definitiva.

A contratação deve ser estruturada em itens independentes por modalidade, sem fracionar internamente as equipes de uma mesma modalidade, preservando a coordenação técnica, a unidade de responsabilização e a continuidade do serviço.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantitativos foi definida a partir da composição mínima das equipes informada pela área demandante e adotada no Relatório de Pesquisa de Preços. Considerou-se, para cada modalidade, uma contratação global para toda a competição, e não pagamento individual por jogo, diária ou profissional, salvo se o Termo de Referência vier a justificar outra forma de medição.

Item	Modalidade	Composição mínima	Quantidade estimada

1	Basquete	2 árbitros de quadra, 1 operador de 24 segundos, 1 apontador/sumulista e 1 cronometrista. Total: 5 integrantes.	1 serviço global para toda a competição da modalidade.
2	Handebol	2 árbitros, 1 sumulista/secretário e 1 cronometrista. Total: 4 integrantes.	1 serviço global para toda a competição da modalidade.
3	Judô	8 árbitros, 2 placaristas, 2 sumulistas e 1 árbitro-chefe. Total: 13 integrantes.	1 serviço global para a competição integral de Judô, incluindo arbitragem, apuração e apoio operacional necessário.

A memória de quantitativos considera a necessidade de atendimento integral da competição, com equipe mínima suficiente para cobrir as funções essenciais de cada modalidade. No Handebol, caso o quantitativo definitivo de partidas seja alterado pela coordenação dos jogos e impacte a forma de execução, a EPC deverá confirmar a adequação do valor antes da autorização da contratação. No Basquete e no Judô, a composição mínima deverá ser confirmada no Termo de Referência e nas diligências com fornecedores, quando aplicável.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 25.904,67

O valor estimado foi extraído do Relatório de Pesquisa de Preços e Análise Crítica, que consolidou orçamentos obtidos junto a fornecedores especializados e aplicou a média aritmética simples como parâmetro principal de estimativa por modalidade. A pesquisa foi tratada como preço global por modalidade, incluindo todos os custos necessários à execução do objeto.

Modalidade	Orçamentos válidos	Média estimada	Menor cotação válida	Observação técnica
Basquete	3	R\$ 6.908,00	R\$ 6.754,00	Série com baixa dispersão; confirmar equipe mínima de 5 integrantes e inclusão de todos os custos.
Handebol	3	R\$ 2.646,67	R\$ 1.740,00	Confirmar quantitativo definitivo de partidas e que o preço cobre toda a competição.
Judô	2	R\$ 16.350,00	R\$ 13.700,00	Amostra reduzida justificada pela especificidade técnica; confirmar composição mínima de 13 integrantes e documento fiscal hábil.

Total estimado	-	R\$ 25.904,67	R\$ 22.194,00	O total estimado decorre da soma das médias por modalidade; as menores cotações servem como referência preliminar de vantajosidade, condicionada à conformidade técnica e documental.
----------------	---	---------------	---------------	---

Memória de cálculo: Basquete: (R\$ 6.754,00 + R\$ 7.000,00 + R\$ 6.970,00) / 3 = R\$ 6.908,00. Handebol: (R\$ 1.740,00 + R\$ 2.700,00 + R\$ 3.500,00) / 3 = R\$ 2.646,67. Judô: (R\$ 13.700,00 + R\$ 19.000,00) / 2 = R\$ 16.350,00. O valor estimado total da contratação, pela soma das médias, é de R\$ 25.904,67 (vinte e cinco mil, novecentos e quatro reais e sessenta e sete centavos).

A adoção da média das cotações válidas por modalidade, totalizando R\$ 25.904,67 poderá orientar a busca da proposta mais vantajosa, mas não substitui a análise de conformidade técnica, habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, nem a confirmação de que o fornecedor atenderá integralmente ao Termo de Referência sem custos adicionais para a Administração.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Recomenda-se o parcelamento da solução em itens independentes por modalidade: Item 1 – Basquete; Item 2 – Handebol; Item 3 – Judô. Essa estrutura é tecnicamente adequada porque cada modalidade possui regras, dinâmica operacional, composição de equipe e mercado fornecedor próprios. O parcelamento por modalidade amplia a competitividade, permite selecionar a proposta mais vantajosa em cada esporte e reduz o risco de restringir a disputa a fornecedores capazes de executar simultaneamente todos os serviços.

Não se recomenda o fracionamento interno da equipe de uma mesma modalidade, por exemplo contratando árbitros, sumulistas, placaristas, cronometristas ou operadores separadamente. Esse fracionamento poderia comprometer a coordenação técnica, a uniformidade de procedimentos, a substituição de profissionais, a gestão da escala, a padronização da execução e a responsabilização por falhas. Portanto, a contratação deve ser parcelada por modalidade, mas indivisível internamente dentro de cada item.

A reunião dos três itens em um único fornecedor somente seria recomendável se, na fase de seleção, demonstrasse maior vantajosidade sem perda de competitividade. Em regra, a modelagem por itens é mais aderente ao interesse público e à natureza do objeto.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação de arbitragem possui relação operacional com outras providências dos Jogos Regionais, como transporte, alojamento, alimentação, disponibilidade dos locais de competição, materiais esportivos, súmulas, secretaria de resultados, comunicação social, segurança, saúde e apoio logístico. Tais providências, contudo, não se confundem com o objeto deste ETP e deverão ser tratadas nos instrumentos próprios do planejamento do evento.

A execução adequada da arbitragem depende de comunicação prévia com a coordenação geral dos Jogos, definição do cronograma e locais, acesso às instalações, disponibilidade de material esportivo compatível e indicação de responsáveis técnicos por modalidade. O Termo de Referência deverá prever que a Administração fornecerá, em tempo hábil, a programação oficial e os contatos de coordenação necessários.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação de arbitragem possui relação operacional com outras providências dos Jogos Regionais, como transporte, alojamento, alimentação, disponibilidade dos locais de competição, materiais esportivos, súmulas, secretaria de resultados, comunicação social, segurança, saúde e apoio logístico. Tais providências, contudo, não se confundem com o objeto deste ETP e deverão ser tratadas nos instrumentos próprios do planejamento do evento.

A execução adequada da arbitragem depende de comunicação prévia com a coordenação geral dos Jogos, definição do cronograma e locais, acesso às instalações, disponibilidade de material esportivo compatível e indicação de responsáveis técnicos por modalidade. O Termo de Referência deverá prever que a Administração fornecerá, em tempo hábil, a programação oficial e os contatos de coordenação necessários.

A demanda decorre do calendário de atividades desportivas planejadas no âmbito do DECEX/DEPA e da participação do CMPA nos Jogos Regionais, cuja execução exige a disponibilização de equipes de arbitragem qualificadas para assegurar a regularidade técnica das competições, a observância das regras oficiais das modalidades, a segurança dos participantes e a adequada condução dos jogos.

O objeto está formalizado no Documento de Formalização da Demanda nº .37/2025, vinculado à UASG 160393, com a descrição sucinta “Contratação de Serviços de Arbitragem”, área requisitante Seção de Educação Física, data prevista para conclusão da contratação em 30/06/2026.

Além disso, consta manifestação do Fiscal Administrativo no sentido de que as necessidades descritas estão devidamente justificadas e previstas no Plano de Contratações Anual da Unidade, em conformidade com os objetivos e diretrizes institucionais, tendo sido aprovadas as especificações e quantidades apresentadas no DFD.

A contratação também se mostra compatível com a programação do evento, considerando o cronograma dos Jogos Regionais Sul 2026, que prevê a realização de competições nas modalidades relacionadas ao objeto, incluindo jogos de basquete, judô e handebol em datas e locais definidos no Colégio Militar de Santa Maria e instalações vinculadas ao evento.

Sob o aspecto da governança da contratação, foi instaurado processo administrativo próprio, NUP 64256.003216/2026-55, tendo por assunto a contratação de serviços de arbitragem para os Jogos Regionais da Amizade 2026, com identificação da área interessada e juntada das peças iniciais de planejamento, orçamentos, DFD, declaração de ciência da equipe e portaria de designação da Equipe de Planejamento da Contratação.

Dessa forma, verifica-se que a contratação pretendida possui correspondência com a necessidade institucional previamente formalizada, está vinculada ao planejamento anual da Unidade, atende à programação oficial das atividades desportivas e contribui para o cumprimento das atribuições educacionais e formativas do CMPA, em conformidade com a fase preparatória prevista na Lei nº 14.133/2021.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Com a contratação, pretende-se obter os seguintes resultados:

- execução técnica regular das competições de Basquete, Handebol e Judô;
- garantia de aplicação imparcial das regras esportivas e de controle adequado dos resultados;
- redução de riscos de atrasos, conflitos, impugnações ou inconsistências nas súmulas;
- organização das partidas e lutas com segurança, previsibilidade e padronização operacional;
- apoio à missão institucional dos Jogos Regionais, preservando a disciplina, os valores militares, a integração entre os Colégios Militares e a imagem institucional do CMPA;
- maior eficiência administrativa, com contratação por escopo e responsabilização do contratado pela equipe mínima necessária à execução integral do serviço;
- adequação da despesa aos preços de mercado apurados na pesquisa, evitando sobrepreço e permitindo seleção da proposta mais vantajosa.

### **13. Providências a serem Adotadas**

A contratação de arbitragem possui relação operacional com outras providências dos Jogos Regionais, como transporte, alojamento, alimentação, disponibilidade dos locais de competição, materiais esportivos, súmulas, secretaria de resultados, comunicação social, segurança, saúde e apoio logístico. Tais providências, contudo, não se confundem com o objeto deste ETP e deverão ser tratadas nos instrumentos próprios do planejamento do evento.

A execução adequada da arbitragem depende de comunicação prévia com a coordenação geral dos Jogos, definição do cronograma e locais, acesso às instalações, disponibilidade de material esportivo compatível e indicação de responsáveis técnicos por modalidade. O Termo de Referência deverá prever que a Administração fornecerá, em tempo hábil, a programação oficial e os contatos de coordenação necessários.

Antes da contratação, a Administração deverá adotar as seguintes providências:

- aprovar o presente ETP e validar a composição mínima das equipes por modalidade;
- elaborar ou ajustar o Termo de Referência com a descrição clara dos itens, equipes mínimas, obrigações do contratado, modelo de execução, critérios de medição e pagamento;
- definir o cronograma final dos jogos, horários, locais de execução e responsáveis pela coordenação, em reunião específica dos Jogos Regionais, anexando posteriormente a programação aos autos;
- confirmar, mediante diligência quando necessário, que as propostas abrangem todos os custos do serviço e que haverá emissão de documento fiscal hábil;
- verificar a compatibilidade orçamentária e a disponibilidade de recursos antes da contratação;
- confirmar eventual enquadramento da contratação direta, se adotada, com observância do somatório de contratações de mesma natureza no exercício financeiro;
- realizar a seleção da proposta mais vantajosa, com análise de conformidade técnica, habilitação e regularidade do fornecedor;
- designar fiscal ou responsável pelo acompanhamento da execução, com atribuição de verificar comparecimento, composição da equipe, pontualidade, execução integral e entrega dos registros de resultados

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

O objeto apresenta baixo impacto ambiental direto, por se tratar predominantemente de prestação de serviço técnico de arbitragem e apoio operacional em evento esportivo. Não há fornecimento relevante de bens permanentes, obras, intervenções físicas ou consumo intensivo de materiais. Ainda assim, deverão ser observadas práticas de sustentabilidade compatíveis com o objeto e proporcionais ao risco ambiental.

O Termo de Referência poderá prever, no que couber: preferência por documentos digitais; redução de impressões desnecessárias; uso racional de materiais de expediente e súmulas; descarte adequado de resíduos eventualmente gerados; cumprimento das normas de limpeza, conservação e preservação dos locais de competição; vedação de práticas discriminatórias; respeito à acessibilidade e à integridade dos participantes; e adoção de conduta compatível com ambiente educacional, militar e escolar.

Como os serviços podem envolver deslocamento de profissionais e equipamentos, especialmente no Judô, caberá ao contratado organizar sua logística de modo eficiente, evitando deslocamentos desnecessários e custos não

previstos. Os critérios de sustentabilidade não devem restringir indevidamente a competitividade nem impor obrigações incompatíveis com o porte e a natureza do objeto.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

Diante da necessidade institucional, da vinculação da contratação aos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026, da existência de demanda técnica específica para as modalidades Basquete, Handebol e Judô, da pesquisa de preços realizada e da possibilidade de execução por itens independentes, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional, econômica e administrativa da contratação.

A solução recomendada é a contratação de serviços de arbitragem e apoio operacional por modalidade, em itens independentes, com preço global para toda a competição de cada modalidade, abrangendo todas as despesas necessárias à execução integral do objeto. O valor estimado total da contratação é de R\$ 25.904,67, com possibilidade de obtenção de proposta mais vantajosa a partir da disputa ou seleção por item, desde que preservada a conformidade técnica e documental.

A contratação é adequada ao interesse público porque contribui diretamente para a realização regular, segura e eficiente do evento, preserva a isonomia competitiva, confere legitimidade aos resultados e permite que o CMPA cumpra as atribuições previstas no planejamento dos Jogos Regionais.

Declara-se, portanto, viável a contratação, recomendando-se o prosseguimento da instrução processual com a elaboração ou ajuste do Termo de Referência, validação do cronograma definitivo dos jogos, confirmação da disponibilidade orçamentária, seleção da proposta mais vantajosa, análise de habilitação e demais providências exigidas pela Lei nº 14.133/2021.

Encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar à Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do CMPA para prosseguimento da instrução, elaboração do Termo de Referência, consolidação do procedimento de contratação direta ou da forma de seleção definida pela autoridade competente, e juntada dos documentos complementares necessários.

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PAMELA SIQUEIRA JORAS**

Integrante Técnico

**VICTOR VARGAS FARINHA NETO**



**MAYARA MACHADO CARLOTTO**

Integrante Administrativo

**PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA RUELA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 08:18:00.*